



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra, Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; PL – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 33.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1994
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Aníbal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troiar, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleitor Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Durval Amaral, Dúlio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mixó Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, José Arthur Ritti e Nelson Justus (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Mensagem:

MENSAGEM Nº 037/94
Curitiba, 20 de abril de 1994.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral

de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A proposição ora encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá proporcionar condições no sentido de que a referida instituição de ensino superior seja dotada dos recursos humanos necessários ao pleno desempenho de suas atividades. A Secretaria de Estado da Administração, analisando o assunto entendeu a medida como realmente conveniente e oportuna, em cujo pronunciamento concluiu no sentido de que a Universidade Estadual de Ponta Grossa tenha sua lotação numérica de pessoal acrescido de 61 (sessenta e um) cargos, com as denominações e padrões distribuídos em Grupos Ocupacionais conforme discriminação contida no anexo que integra o anteprojeto de lei em referência.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 61 (sessenta e um) cargos de provimento efetivo, conforme consta do anexo que faz parte desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o artigo 1º

GRUPO OCUPACIONAL - PROFISSIONAL

CARGO	SGOC	PADRÃO	QDE
Advogado	TP01	I-III	02
Ass. Social	TP02	I-III	01
Bibliotecário	TP03	I-III	04
Maestro	TP76	I-III	02
Médico	TP22	J-III	01
Odontólogo	TP06	J-III	01
Pedagogo	TP70	I-III	02
Psicólogo	TP22	I-III	01
Téc. de Prog. Educ.	TP42	I-III	02

GRUPO OCUPACIONAL - INTERMEDIÁRIO

CARGO	SGOC	PADRÃO	QDE
Ass. Administrativo	XQ07	G	03
Ass. de Ass. Cult.	XQ09	G	01

Instrument. Cir.	TQ44	G	01
Instrumentista Mus.	TQ45	H	02
Instrutor Artes	TQ46	G	01
Téc. de Econ. Dom.	TQ77	H	01
Téc. de Eletrôn.	TQ79	H	02
Téc. de Hig. Dental	TQ84	H	02
Téc. de Laboratório	TQ85	H	02
Assist. de creche	TQ12	F	02

GRUPO OCUPACIONAL - APOIO

CARGO	SGOC	PADRÃO	QDE
Almoxarife II	XM03	E	01
Aux. Administrativo	XM13	E	08
Aux. de Biblioteca	TM17	E	02
Aux. Ativ. de Ensino	TM16	C	02
Aux. de Laboratório	TM22	E	02
Aux. Serv. Gerais	XM34	B	05
Copeiro	TM52	A	02
Inst. de Formação			
Específica II	XM71	G	01
Operador Gráfico II	XN02	G	02
Vigia	TN24	C	03

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs DTL/SAT/044, 046, 047, 048, 049, 050, 051 e 052/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

062/93: De autoria do Deputado Nereu Moura, que cria o município de Espigão Alto do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.737. **Anote-se. Arquivo-se.**

079/94: Do Tribunal de Justiça, que converte em URV, conforme específica, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.738. **Anote-se. Arquivo-se.**

090/94: Do Tribunal de Contas, que converte em URV, conforme específica, os vencimentos dos Procuradores e Auditores do Tribunal de Contas e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.739. **Anote-se. Arquivo-se.**

089/94: Do Tribunal de Contas, que converte em URV, conforme específica, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.740. **Anote-se. Arquivo-se.**

073/94: Da Procuradoria Geral de Justiça, que converte em URV, conforme específica, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça e adota outras providências, o

qual convertido em Lei tomou o nº 10.741. **Anote-se. Arquivo-se.**

072/94: Da Procuradoria Geral de Justiça, que converte em URV, conforme específica, o vencimento básico mensal do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.742. **Anote-se. Arquivo-se.**

220/93: De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento as publicações no Diário Oficial do Estado, de entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.743. **Anote-se - Arquivo-se.**

091/94: Do Poder Executivo, que dispõe sobre a forma de cumprimento ao Anexo VII, do art. 17, da Lei nº 10.699/93, abre crédito no valor de CR\$ 47.296.557.000,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.744. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº ATG 0972/94, do Senhor Mário Pereira - Governador do Estado, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1993, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/045/94, do Senhor Mário Pereira - Governador do Estado, solicitando restituição ao Poder Executivo da Mensagem nº 009/94, de 17 de fevereiro de 1994 e o anteprojeto de lei por ela encaminhado, para reexame do assunto. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DG/LRS/0062/94, do Senhor Norberto Anacleto Ortigara - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, apresentando Declaração de Bens, conforme o Art. 1º da Lei nº 10.535, de 30/11/93. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 587/94, do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatórios das Atividades desenvolvidas por aquele Tribunal de Contas, durante os 3º e 4º trimestres de 1993. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 115/94-O.E., do Senhor Desembargador Lenz César - Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia da inicial e dos documentos que instruem os autos de Queixa-Crime nº 30.887-6, de Curitiba, em que figuram como querelante Lubomir Antonio Ficinski Dunin e querelados Luiz Henrique Bona Turra e outros, e nos termos dos parágrafos do artigo 53 da Constituição Federal e parágrafos do artigo 57 da Carta Estadual, solicita a concessão, por parte desta augusta Casa de Leis, de licença prévia para o prosseguimento do processo pretendido na inicial, em relação aos Senhores Deputados Estaduais Luiz Hen-

rique Bona Turra, Florisvaldo Fier, Ernani Pudell e Ovídio José Constantino. Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 639/93, Mens. n° 073/93, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado do Paraná, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) sessões, cancelando-se consequentemente, o Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 989

Senhor Presidente.

José Durval Mattos do Amaral, Deputado Estadual, com assento nesta respeitável Casa de Leis, por si infra-assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, a fim de requerer providências legais, contra o Deputado João Preis, também com assento nesta Casa, cumulada com busca e apreensão de material gráfico de origem delituosa, pelos seguintes fatos delituosos:

1 - No início da tarde de hoje (27.04.94) a funcionária do Gabinete Parlamentar do ora peticionário, Cláudia Andréia, dirigiu-se ao setor de "xerox" desta Casa a fim de requisitar os serviços daquele setor, quando ali tomou conhecimento de que estavam sendo fotocopiadas diversas cópias, panfletos e outros escritos, por ordem do Deputado João Preis, cujos os escritos dão notícias criminosas de fatos ofensivos à dignidade e o decoro do Peticionário, bem como imputa-lhe falsamente a prática dos mais diversos crimes, tudo com o objetivo sórdido e espúrio de abalar a sua dignidade de homem público, visando fins eleitoreiros, notadamente referente ao pleito que se aproxima.

2 - Como se vê, a atitude do referido Deputado, ora requerido, é extremamente ilegal e criminosa, tendo a finalidade única de divulgar fatos que sabe inverídicos, em relação à pessoa do Peticionário-Deputado, capaz de exercer influência direta perante o eleitorado, configurando assim, o crime previsto no artigo 323 da Lei Federal n° 4.737, de 15.07.65 (Código Eleitoral).

3 - Evidentemente, que o setor de "xerox" desta Casa não pode ser usado para fins ilícitos, eleitoreiros e criminosos, sob pena de desvirtuar-se de sua relevante função.

4 - Face ao exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência, se digne em determinar a busca e apreensão de todo o material objeto da presente prática delituosa, que se encontra no setor de "xerox" inclusive os originais, bem como sejam ouvidos os funcionários daquele setor, e o encaminhamento dos fatos ao egrégio Tribunal de Justiça, para as medidas judiciais cabíveis, sem prejuízo das medidas administrativas que esta Casa venha a tomar.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) DURVAL AMARAL

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 143/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Clube de Ciências - Astronomia", com sede no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende se declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 09 de março de 1986, e visa a divulgação da ciência, e o estímulo à pesquisa científica, com prioridade aos problemas da região.

Entre outras atividades, o Clube de Ciências - Astronomia de União da Vitória, realiza reuniões periódicas para a orientação, controle e troca de experiências; e incentiva os trabalhos, estudos e pesquisas nas mais diversas áreas da ciência.

Cabe ressaltar, que o Município de União da Vitória já concedeu este benefício à entidade, respaldando assim a nossa solicitação.

Neste sentido, por entendermos procedente o pedido de declaração de Utilidade Pública, esperamos pelo apoio dos ilustres

Pares desta Casa, contribuindo assim, com o desenvolvimento científico do Município de União da Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aberta a Sessão. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Senhor Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Saiu publicado nesta semana nos jornais da Capital, que o Diretor da Saúde do Paraná, foi exonerado por culpa dos políticos. A Vigilância Sanitária do Paraná incomodava políticos empresários. E na nota que temos num dos jornais - que foi o "Estado do Paraná" - e outra na "Gazeta do Povo" e outra na "Folha de Londrina", a mesma nota.

O cidadão denominado Sezefredo Paz, acusa a mim, Deputado Renato Adur, e o Deputado Cleiton Kielse - a mim especificamente - por estar utilizando do cargo, da função de Líder do Governo e fazendo pressões para que o Secretário da Saúde reabrisse determinados hospitais no Estado do Paraná, mais especificamente o Hospital São Luiz, na Cidade de Roncador.

Saiu também no "Jornal do Estado" de hoje, que fiscais acusam o Secretário e Adur de favorecer hospitais. Fiscais da Secretaria de Saúde interditaram o Hospital São Luiz de Roncador.

Os fiscais encontraram crianças e uma série de irregularidades que eles mencionam no jornal, e que o Deputado Adur pressionou o Secretário Goulart para exonerar Sezefredo em represália a fiscalização. Diz que a decisão revoltou inclusive o corpo de fiscais da Secretaria.

Gostaria, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, de fazer um esclarecimento bastante elucidativo.

Nunca foi da nossa formação utilizar represálias, utilizar vinganças, utilizar esse tipo de expediente contra quem quer que seja. Esta tem sido a nossa conduta, este tem sido o nosso procedimento.

O que na realidade ocorreu - e temos por obrigação e o dever de prestar os esclarecimentos aos nossos Pares aqui nesta Casa - é que realmente a Secretaria do Estado do Paraná vinha e vem desenvolvendo um trabalho sério de fiscalização nos hospitais do Estado. O que entendemos como da maior importância para a saúde pública do Estado do Paraná.

O mesmo aconteceu na Cidade de Roncador. Cidade da qual temos a representatividade política, através do grande número de votos que recebemos naquela cidade nas

eleições de 1990.

Roncador tem dois hospitais. Um é o hospital São Luiz cujo titular é o Dr. Odilon Gonçalves, que é um ex-candidato a prefeito daquela cidade pelo PDT, Partido Democrático Trabalhista. O outro hospital é a Policlínica de Roncador de propriedade do Dr. Jorge, como é chamado em Roncador. Portanto, são duas empresas hospitalares de iniciativa privada que dão atendimento à saúde naquele Município de Roncador.

O Município de Mato Rico, o qual também represento, por ter sido o autor do projeto que criou o município, também se serve do Município de Roncador na utilização da rede hospitalar, uma vez que Mato Rico, que fica distante vinte e dois quilômetros de Roncador, não tem um hospital para atendimento dos seus pacientes. Então, a Prefeitura de Mato Rico destina as AIH's, ou seja, as Autorizações de Internamentos Hospitalares, destinadas à cota que cabe àquele município, ela distribui nos hospitais de Roncador.

No final do ano passado recebemos, com surpresa até, que o Secretário de Saúde da época, Dr. Nizan, esteve em Roncador com imprensa, televisão e tudo mais e, numa ação instantânea, chegaram no Hospital São Luiz e fizeram uma série de vistorias e fecharam-no naquela ocasião.

Fui comunicado, recebi centenas de telefonemas da população e procurei o Secretário Nizan para ver o que estava acontecendo. Ele comunicou-me que havia várias irregularidades no Hospital São Luiz do Dr. Odilon Gonçalves, ex-candidato a prefeito na cidade, derrotado, pelo PDT.

Procurei com o Dr. Nizan verificar porque é que só o Hospital São Luiz tinha sido fiscalizado e recebeu aquela bateria, aquele choque, naquele determinado momento com imprensa toda, interditando aquele hospital naquele dia. E os outros hospitais da cidade? Perguntava eu ao Dr. Nizan. Ele nos dizia que isso cabia ao Departamento de Saúde e Vigilância Sanitária do qual o responsável e o diretor era um tal de Dr. Sezefredo, pessoa que eu não conhecia.

Pedia uma audiência com o Dr. Sezefredo e lá na Secretaria fomos, juntamente com o ex-prefeito de Roncador, com o diretor do hospital e com mais alguns vereadores da cidade. Conversamos com o Dr. Sezefredo e ele nos mostrou relatórios que davam fundamentos para a interdição daquele hospital.

Fizemos a seguinte pergunta ao Dr. Sezefredo: concordamos com o posicionamento do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde, mas perguntamos onde estava o relatório do outro hospital. Já que a Saúde vai em qualquer cidade há que se fazer, obrigatoriamente, a inspeção em

todos os estabelecimentos, senão caracteriza parcialidade, senão caracteriza protecionismo de um lado e direcionamento muito drástico do outro. E isso nós não podemos admitir.

Não obtivemos resposta alguma do diretor Dr. Sizefredo a respeito do outro hospital. Não tenho nada contra o outro hospital do Dr. Jorge, pelo contrário, o Dr. Jorge também é meu amigo, como o é o Dr. Odilon, porque ambos os hospitais atendem aos dois municípios dos quais eu me orgulho de ser o legítimo representante aqui na Assembléia Legislativa.

Queríamos justiça. E na época, conversando com o Dr. Sizefredo, nós entendemos na pessoa desse cidadão uma atitude bastante arrogante, bastante atrevida em determinados momentos e percebemos nesse rapaz uma falta de maturidade pelo posicionamento de se estar num cargo e dele querer fazer uso ao máximo como se fosse, naquelas alturas, um rei dentro de um posicionamento, dentro de uma situação de cargo que esteja ocupando.

Eu entendo que quando mais alto um cargo de cada cidadão, maior terá que ser a sua humildade para que ele possa melhor desempenhar o seu trabalho a contento no interesse da maioria.

Tal não foi esse o procedimento que observamos nas atitudes desse cidadão que eu não conhecia e passei a conhecer a partir desse dia, o tal de Dr. Sizefredo Paz.

Após muitas conversas, após novos acordos, após conversas também com o Secretário de Saúde, com a Regional de Campo Mourão ficou acordado que o hospital reabriria parcialmente e que teríamos mais ações de fiscalização naquele município. No entanto, a resposta por mim solicitada do relatório do outro hospital não nos foi fornecida até a data de hoje.

Ultimamente, mais precisamente no dia 14 de abril, essa fiscalização, quando nós pedíamos para a defesa sanitária lá de Campo Mourão e daqui de Curitiba que fizesse também em Roncador uma vistoria para a liberação de uma laticínio na cidade que está sendo construído e que, coincidentemente, também é desse tal de Dr. Odilon que é o mesmo proprietário do hospital que foi fechado naquela ocasião e que havia dificuldade também para se obter o alvará de autorização e de funcionamento da Secretaria de Saúde desse mesmo departamento de Vigilância Sanitária para aquele empreendimento que seria um laticínio.

Nós, quando solicitamos à Regional de Saúde de Campo Mourão e à Vigilância Sanitária de Curitiba para irem verificar a questão do laticínio tal não foi outra solução senão eles irem em Roncador e fazerem uma nova fiscalização no hospital e fecharem-no.

Ficamos pasmados!

Mais uma vez eles interditaram o hospital que estava reaberto precariamente. Nós aí, então, não fomos mais conversar com esse tal de Doutor Sizefredo.

Procuramos uma audiência com o Secretário de Saúde e junto com ele nós pedimos tão somente que ele nos permitisse uma sugestão: que encaminhasse para Roncador, auditores, fiscais da Secretaria de Saúde que não estivessem vinculados nem diretamente com o gabinete do Doutor Sizefredo, nem com a Regional de Saúde de Campo Mourão. Que ficasse ao livre arbítrio do Secretário de Saúde encaminhar para Roncador quais os fiscais que ele bem entendesse, desde que eles não fossem desses dois locais.

Tal procedimento foi aceito prontamente pelo Secretário de Saúde e ele determinou que fosse fazer a vistoria lá em Roncador os fiscais da Cidade de Francisco Beltrão.

E aqui nós temos no próprio jornal que denuncia que diz "... faz de conta que o Secretário de Saúde Mauro Goulart solicitou que uma equipe da regional de Francisco Beltrão fizesse uma nova inspeção no hospital, sem que a chefia do Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária fosse consultada.

Como o responsável pela equipe de Francisco Beltrão, o farmacêutico Juliano Gavi recusou-se a cumprir a ordem, alegando que não poderia fazê-lo sem consultar o Doutor Sizefredo Paz, Goulart supôs que o ex-diretor do CSVS houvesse orientado o funcionário a insubordinar-se, por isso o demitiu".

Então diz aqui que o Deputado Renato Adur estaria pressionando Goulart para reabrir os hospitais.

Nós pedimos justiça ao Secretário de Saúde, que encaminhasse àquele município, fiscais que não tivessem nenhuma vinculação com o procedimento anterior e que fosse lá para atender não só esse hospital do Doutor Odilon, mas também o do Doutor Jorge e que após o relatório desses fiscais sobre os dois hospitais, nós aceitaríamos a decisão que o Secretário determinasse, sem qualquer questionamento.

O Secretário de Saúde, após este manifesto do cidadão de Francisco Beltrão, nós estivemos lá em Roncador no dia seguinte e foi um comunicado aqui de Curitiba, do hospital de Sizefredo, dizendo ao Doutor Jorge que eles deveriam fechar o hospital do Doutor Jorge, porque senão, iria criar problema para eles.

Ora, porque agora só fechar o hospital do Doutor Jorge, a policlínica?

Por que não fecharam o hospital, junto, quando fecharam o hospital São Luiz?

Por que dois pesos e duas medidas?

Por que o direcionamento, só porque outro cidadão foi candidato do PDT?

Eu sou líder do PMDB, não teria motivo nenhum para estar defendendo um cidadão que foi candidato do PDT, mas tenho obrigação sim, e isto a minha função me obriga, é buscar justiça e ser equânime nas nossas decisões e nós não vamos nos omitir jamais. Por isso não podemos permitir que um cidadão leviano venha a público nos jornais fazer denúncias caluniosas e mentirosas, só porque perdeu o seu emprego. Quem não tem capacidade, não se estabelece.

O Sr. Cezar Silvestri - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Renato Adur, ouvindo o seu pronunciamento e que na verdade eu não estou a par deste episódio que aconteceu no Município de Roncador, mas acredito que seria, no mínimo, omissão de minha parte e até atitude de covardia, se não o apartasse nesse momento. O Senhor, quando diz que não é prática da sua pessoa a discriminação e a perseguição, sou obrigado a discordar de V.Exa. Ocorreu um fato há meses atrás no Município de Pitanga, onde o prefeito de Pitanga quase se obrigou a humilhar-se em virtude de uma atitude sua, quando do repasse de recursos da municipalização do ensino, onde o recurso deveria ser repassado diretamente à prefeitura de Pitanga, V.Exa. levou o cheque à casa do candidato do PMDB derrotado nas eleições, para que o prefeito atual do PDT fosse lá buscar esse cheque da municipalização do ensino, numa atitude, na minha opinião, de discriminação e de humilhação ao prefeito. Lembro-me bem quando o prefeito me consultava e eu dizia que em hipótese nenhuma ele poderia buscar esse cheque.

O SR. RENATO ADUR - Concordo plenamente com V.Exa.

O Sr. Cezar Silvestri - Levado ao conhecimento do governador na época, o próprio Governador Roberto Requião dizia que essa era uma atitude que não poderia ser empregada por Deputado. Então essa seria uma atitude que, como eu disse, seria omissão ou covardia minha, ouvir o seu pronunciamento e ficar calado. E digo mais Deputado...

O SR. RENTO ADUR - Reafirmo o meu posicionamento, concordo com V.Exa. e digo mais, levei o cheque para Pitanga, da municipalização da educação, sim, que nós conseguimos junto à Secretaria da Educação. Levei pessoalmente e entreguei o cheque sim, na casa que V.Exa diz que é do candidato adversário, do meu candidato de Pitanga, só que V.Exa. se esquece de que a

chefe do Núcleo de Educação de Pitanga, a Chefe Regional do Núcleo de Educação de Pitanga é a esposa desse cidadão que V.Exa. diz que foi candidato a prefeito.

O Sr. Cezar Silvestri - Que eu saiba, Deputado Renato Adur, a prática do Governo do Estado não é a entrega de cheques por parte do Deputado e também não é a entrega por parte da Chefe do Núcleo, o repasse é feito direto às prefeituras. No mínimo, na minha opinião, essa é uma atitude com o único intuito de desmoralizar o prefeito e de humilhar o prefeito. Como disse, não estou a par desse episódio de Roncador, mas a prática de discriminação da sua pessoa não é de hoje que vem ocorrendo. E digo mais, o Município de Laranjal há dias atrás recebeu uma patrulha do DR. A patrulha ficou apenas três dias em Laranjal e o prefeito nos telefonava, encomodado, de que V.Exa. tinha dito que a patrulha sairia em apenas três dias e iria para o Município de Pitanga. O senhor sabe que uma patrulha não faz trabalho nenhum em apenas três dias, em virtude do prefeito de Laranjal também ser adversário político seu. Essa prática, nós que conhecemos a sua atuação na região, é comum.

O SR. RENATO ADUR - Concordo plenamente com V.Exa. Então veja como V.Exa está mal informado, Deputado Cezar Silvestri. O Município, o senhor acabou de dizer, que o prefeito de Pitanga havia solicitado o recurso do fundo da educação e que nós levamos o cheque pessoalmente e entregamos para o candidato adversário. Enganosa mentira essa de V.Exa. Eu entreguei o cheque, no final, eu entreguei à Chefe do Núcleo de Educação.

Outra questão do prefeito de Pitanga. V.Exa. sabe, perfeitamente, que o prefeito de Pitanga que é seu correlegionário, pessoa a quem temos muito respeito. No mês de dezembro - a patrulha, por nossa solicitação, foi encaminhada ao Município de Pitanga, ficou apenas quatro dias em Pitanga e, por férias do DR, essa patrulha foi recolhida e o prefeito me cobrava isso. Inclusive de V.Exa., durante esses quatro meses que a patrulha fosse para o Município de Pitanga. E, coincidentemente, a patrulha voltou, pela segunda vez, para o Município de Laranjal. Quando nós soubemos do fato, nós que estávamos cobrando para que a patrulha fosse para o Município de Pitanga, quando soubemos que a patrulha estava indo para o Município de Laranjal nós fomos o primeiro a entrarmos em contato com o prefeito e com o pessoal do DR, pedindo que ficasse mais um tempo lá. Porém, que não deixasse de atender o Município de Pitanga.

Concluindo o raciocínio desta questão

de Roncador. Eu reafirmo e todas as dúvidas que tenho estão prontas para responder. Essa questão de Roncador foi uma questão de direcionamento da Secretaria de Saúde desse cidadão. Nós não queremos, não quisemos prejudicar ninguém. O que nós queríamos era, tão somente, que a Secretaria em fiscalizando um cidadão fiscalizasse outro na mesma cidade e que tivesse direito e deveres iguais. Não podemos admitir dois pesos e duas medidas nessas questões. Daí a nossa indignação quando um cidadão que perdeu seu emprego por inabilidade no trato da coisa pública, por direcionamento de uma ação de vigilância sanitária no município, vem a público, dizer que políticos estão querendo interferir no processo de fiscalização de hospitais no Estado do Paraná.

Isso não é verdade, não podemos admitir. Está aqui o nosso repúdio a esse cidadão e a esse tipo de notícia. Mas, porquê, o próprio "Jornal do Estado" quando publicou essa notícia, também não nos ouviu, não ouviu a outra parte. Não nos ouviu e não ouviu também os interessados diretos do Município de Pitanga. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Ernani Puddell, do PT.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença do Presidente do PFL Joaquim Santos Filho, bem como do Secretário Geral do nosso Partido Ricardo Barros e também do Tesoureiro do PFL Abrão Mehlem. São os três integrantes da Executiva do PFL que vieram visitar a Assembleia Legislativa e estão aqui neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Ernani Puddell.

O SR. ERNANI PEDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, esta Casa é testemunha do esforço realizado pelo Partido dos Trabalhadores no Paraná no sentido de ajudar, de apoiar a consolidação de uma aliança de centro-esquerda a nível nacional para que esta Nação pudesse, definitivamente, se livrar desta elite corrompida, desgastada, envelhecida, egoísta, que há tanto tempo domina a nossa Nação.

Esta elite que tem a habilidade do camaleão, que sempre muda de embalagem para preservar o conteúdo. Esta mesma elite que vem da linhagem histórica do filho do Imperador que decretou e proclamou a nossa Independência antes que o povo o fizesse, de uma Proclamação da República que talvez

não tenha passado de um mero ajuste das oligarquias que dominavam então o Brasil para preservar o seu sistema de dominação, esta linhagem que, da elite brasileira, que já fez golpes militares dizendo que iria preservar a democracia, e esta elite que sempre contou com o apoio e a participação de uma classe política que muda de Partido, que troca de siglas para iludir o povo brasileiro.

E nós temos a clareza de que este ano é um ano histórico para o Brasil. Talvez a última oportunidade que a nossa geração terá de romper definitivamente com este tipo de método e ação política e que nós pudéssemos implantar no Brasil uma democracia verdadeira, uma democracia onde o povo tivesse vez, tivesse voz, onde os direitos elementares do cidadão fossem colocado como prioridade de fato de um Governo.

Sabem todos os Senhores que esta mudança dependerá de alianças das forças democráticas e progressistas e o PT tem tido até este momento a responsabilidade histórica de conduzir este processo através da liderança de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sabem também todos os homens lúcidos deste País que aliança prioritária que dará o golpe de misericórdia nessa elite corrompida é aliança que poderia e poderá unir o PT ao PDT.

O PDT de Leonel Brizola de quem temos diferenças programáticas, temos restrições nos seus métodos, mas reconhecemos como uma expressão e um personagem da história brasileira que tem que ser respeitado pelo seu conteúdo de nacionalista, pelo seu conteúdo popular e por uma história até hoje jamais abalada por escândalos de ordem ética. E foi neste esforço que o PT do Paraná, com humildade, buscou o PDT deste Estado para que ele também se conscientizasse da importância dessa união a nível nacional e nós estávamos decididamente, sinceramente, dispostos a traduzir também aí o leque dessa aliança para o Estado do Paraná, buscando aqui um Governo autêntico, um Governo democrático, um Governo que estivesse preocupado com o resgate da cidadania, que estivesse preocupado e voltado para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, para um projeto de desenvolvimento educacional e tantas outras reformas necessárias para que nós possamos ter mudanças de fato.

Nós entristeceu muito, nessa 2.^a feira, que uma parte, parece-me, agora hegemônica do PDT, voltou às suas origens! O PDT ao fechar a coligação com o PFL, de Antônio Carlos Magalhães, de Fúza e de tantos outros, soterra o seu caráter progressista para o Estado do Paraná. O PDT, penso eu, no Paraná, perdeu a visão histórica do que significaria esta eleição. Não

se iludam que alianças pragmáticas irão sobreviver ao grande debate nacional que este ano será realizado, em todo País, onde as candidaturas à Presidência, representando projetos nacionais e que vão dar a linha da sucessão, nos diversos Estados. Alianças incoerentes não sobreviverão ao senso crítico do eleitor. Não se iludam que o povo paranaense se deixará enganar, tendo, a nível a figura de um Brizola, defendendo mudanças, defendendo a ética, e aqui no Paraná nós apresentamos um Partido coligado com aqueles que o líder maior passou a sua longa vida, em jornada, a combater!

Eu lamento muito, e tenho a certeza que a base do PDT, essa base autêntica que ainda resta no PDT, deverá promover uma rebelião contra essa cúpula, contaminada que hoje, lamentavelmente, no meu entendimento, joga o PDT, no Paraná, para o suicídio.

O PT, quero aqui registrar, em meu nome pessoal, deixou as portas abertas, fizemos discussões duras, mais sérias, e sinceras no interior do Partido, para que pudéssemos fazer uma aliança. Só que eu, a partir de hoje, me torno um defensor intransigente do fim das conversas com o PDT. Acho que não temos mais nada a conversar com o PDT, enquanto esse Partido estiver com os velhos Partidos da ordem, será um adversário a ser combatido e certamente sentirá a espada da militância guerreira do PT, por este interior afora! Se já não era fácil esta eleição, com certeza ficará muito mais difícil, e tenho a certeza que, a partir de agora, se reforça em nós a convicção de que, se necessário o PT marchará sozinho, mas a nossa mensagem, junto com o nosso candidato Samek, e tenho a certeza que a coerência e as propostas que vamos apresentar para o Estado do Paraná, juntamente com a força e a liderança de Lula, vão causar a surpresa muito grande, neste Estado do Paraná.

Muito Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres Pares, colegas.

A nossa instituição, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem revelado grandes nomes que dignificam a causa pública, neste Estado. São exemplos de retidão, de seriedade e de muito trabalho para o povo do Paraná o ex-Governador Álvaro Dias, que aqui teve assento, Mário Pereira, atual Governador, Roberto Requião, homens da envergadura dos Deputados

Anibal Khury, Exondy Silvério, Basílio Zanusso, homens que ao longo de décadas e mais décadas se revelaram de grande espírito empreendedor e combativos Deputados que dignificam muito a nossa Assembléia Legislativa.

E neste momento, nobres colegas Deputados eu que por formação, por dedicação e por amor me elegi vereador na Cidade de Cambé, vice-prefeito, deputado estadual, Secretário de Estado e novamente reconduzido à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tenho sempre, seguindo a boa estrada e bom caminho de homens sérios como os Deputados que aqui se fazem presentes neste Plenário, procurado exercer o meu mandato com honradez e com dignidade.

Sempre quando vejo uma disputa eleitoral envolvendo colegas parlamentares e que se traz essa disputa eleitoral para o bojo da Assembléia Legislativa, fico extremamente preocupado, porque na verdade, Senhores Deputados, o Deputado que aqui esteja, seja ele um simples servidor, um simples operário ou o mais ilustre entre os outros tem que ter respeito aos seus colegas parlamentares, tem que ter respeito a esta Casa, porque não estamos aqui para brincar de lavar roupa suja, estamos na Assembléia Legislativa para honrar o voto conferido nas urnas.

Tenho muita fé em Deus e a certeza que a justiça sempre vem ao encontro daquele que a busca com determinação, Senhor Presidente. Muitas vezes ouvi calado algumas injúrias, algumas difamações e tive nas minhas orações a inspiração e a força para acreditando em Deus e na justiça dos homens saber que um dia a verdade viria à tona.

Qual é a minha certeza, Senhor Secretário Anibal Khury, Senhor Deputado Orlando Pessuti, nobres Deputados, ao saber que algum colega, menos avisado e menos cômico de suas responsabilidades, usa a máquina pública para tentar difamar, para tentar jogar na lama o nome de uma pessoa que nunca sequer teve um inquérito policial, nunca sequer respondeu a uma ação de responsabilidade civil ou de responsabilidade criminal e que desde a época do movimento estudantil, seria um sonho bom de acreditar que é possível seguir os exemplos da envergadura, como Anibal Khury e de tantos outros que já disse aqui, seguir a boa estrada e construir com muita firmeza, com fé em Deus e determinação.

Fui pego, Senhor Presidente, à traição, pelas costas atacado levemente por um colega desta Casa.

Não iria e não faço suspeição, não coloco dúvida se não tenho prova concreta, ainda como Secretário do Trabalho e Ação Social, atingido que fui, fui obrigado a interpor representação criminal contra al-

gumas pessoas que tentavam difamar o meu nome e a minha seriedade. A justiça recebeu a representação criminal e denunciou o jornalista que efetivamente fazia naquele momento aquelas denúncias, que usado naquele momento, produzia material de campanha para ser usado agora na época de eleição.

Tinha certeza disso.

Graças a Deus, a imprensa séria honesta falada, televisionada e a grande maioria da imprensa séria do Estado do Paraná, quase que na sua totalidade, não deu guarida às denúncias daquele cidadão.

Mais um material de campanha foi produzido, e para que todos nós possamos sentir a repugnância que sinto nesse momento, ele ficou arquivado, preparado na gaveta enlameada de alguém que quer ferir a instituição sagrada da Assembleia Legislativa, e mais do que ferir a Assembleia Legislativa, pega esse material e manda reproduzir na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso mesmo, o Deputado que me ouve em seu gabinete, ou aonde ele esteja, a quem eu perdoo, porque as pessoas são falhas de erros, algumas se prostituem no andamento da carruagem democrática, mas não adianta mais porque lá estão todos os meus funcionários para impedir o derramamento desse jornal.

Por isso, Senhor Presidente, como está sendo confeccionado e reproduzido no setor de xerox da Assembleia Legislativa nesse exato momento eu requeiro e faço através da Assembleia por amor e por respeito que tenho a essa instituição.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ORLANDO PESSUTI
Digníssimo Presidente da
Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, Deputado Estadual, com assento nesta respeitável Casa de Leis, por si infra-assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, a fim de requerer PROVIDÊNCIAS LEGAIS, contra o Deputado JOÃO PREIS, também com assento nesta Casa, cumulada com BUSCA E APREENSÃO de material gráfico de origem delituosa, pelos seguintes fatos delituosos:

1. No início da tarde de hoje (27.04.94), a funcionária do Gabinete Parlamentar do ora peticionário, CLÁUDIA ANDRÉIA, dirigiu-se ao Setor de "xerox" desta Casa a fim de requisitar os serviços daquele Setor, quando ali tomou conhecimento de que estavam sendo fotocopiadas diversas cópias, panfletos e outros escritos, por ordem do Deputado JOÃO PREIS, cujos os escritos dão notícias criminosas de

fatos ofensivos à dignidade e o decoro do Peticionário, bem como imputa-lhe falsamente a prática dos mais diversos crimes, tudo com o objetivo sórdido e espúrio de abalar a sua dignidade de homem público, visando fins eleitoreiros, notadamente referente ao pleito que se aproxima.

2. Como se vê, a atitude do referido Deputado, ora Requerido, é extremamente ilegal e criminosa, tendo a finalidade única de divulgar fatos que sabe inverídicos, em relação à pessoa do Peticionário-Deputado, capaz de exercer influência direta perante o eleitorado, configurando assim, o crime previsto no artigo 323 da Lei Federal nº 4.737, de 15.07.65 (Código Eleitoral).

3. Evidentemente que o Setor de "xerox" desta Casa não pode ser usado para fins ilícitos, eleitoreiros e criminosos, sob pena de desvirtuar-se de sua relevante função.

4. Face ao exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência, se digne em determinar a BUSCA E APREENSÃO de todo o material objeto da presente prática delituosa, que se encontra no Setor de "xerox" inclusive os originais, bem como sejam ouvidos os funcionários daquele Setor, e o encaminhamento dos fatos ao egrégio Tribunal de Justiça, para as medidas judiciais cabíveis, sem prejuízo das medidas administrativas que esta Casa venha a tomar.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Curitiba, 27 de abril de 1994

DURVAL AMARAL

Deputado Estadual"

Então, requeiro, Senhor Presidente e nobres Membros da Mesa, que seja formada uma Comissão de Parlamentares neste instante, para proceder à busca e apreensão desse material criminoso, delituoso e difamatório, que depõe contra o decoro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PDT, Deputado Paulo Maia.

O SR. DURVAL AMARAL - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, o material está sendo feito lá neste momento. Não é possível prosseguir a Sessão sem que seja feita a busca e apreensão porque, caso contrário, o meu requerimento será nulo, e não vamos ter a prova material do crime, do delito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pre-ciso que Vossa Excelência entregue o Requerimento à Mesa, para a deliberação do

mesmo.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Nós, primeiramente, queremos nos reportar à referência feita pelo nobre Deputado Ernani Pudell em relação à dignidade do Partido Democrático Trabalhista.

Somos convictos e temos consciência de que a dignidade e a grandeza do Partido Democrático Trabalhista não será atingida e nem ofendida pelas palavras aqui...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Paulo Maia que interrompa o seu pronunciamento.

A Mesa recebe o Requerimento do Deputado Durval Amaral, com base no Art. 20, incisos XXVIII e XXIX.

Defere o pedido do mesmo e o encaminha ao 1º Secretário, que tem as atribuições administrativas da Casa para as providências necessárias.

Com a palavra, o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Então, queremos dizer que não nos sentimos atingidos pelas posições e pelas colocações ou pela pretensão da colocação feita pelo Deputado Ernani Pudell.

Deputado Pudell, temos certeza de que a história e a dignidade do nosso Partido está registrada na história de política séria, registrada na história política desse País.

Temos a certeza de que hoje preocupa de fato a liderança que tem o Jaime Lerner nessa disputa, e na certeza de que há de fazer o Governo que o Paraná espera e que há de ser o exemplo para o Brasil. E o Paraná há de ganhar.

O PDT não há de vender e nem há de mudar a sua postura por qualquer posição e, muito menos, por qualquer interferência de quem quer que seja e, ainda mais, pelas posições lançadas por Vossa Excelência em relação à dignidade do nosso Partido.

Respeitamos o trabalho do Partido dos Trabalhadores pela história que fez e, da mesma forma, estaremos aqui, desta tribuna e no solo paranaense, defendendo a dignidade do Partido Democrático Trabalhista.

Registro, nesta oportunidade, até para a tristeza do povo do Paraná, a comunicação, a carta que recebi do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica, datada de 29 de março, dizendo-nos - e estaremos aqui registrando nesta oportunidade (Lê):

"Excelentíssimo Senhor
Deputado PAULO MAIA
DD. Líder do PDT
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Nesta Capital

Excelentíssimo Senhor Deputado:

Com o objetivo de provocar a discussão dos mais variados temas de importância crucial para os destinos da Nação e buscar 'inundar' esta Universidade de consciências esclarecidas visando também a contribuição dos universitários nesta árdua tarefa de buscarmos 'passar o Brasil a limpo', este Diretório Central dos Estudantes está promovendo o primeiro CICLO DE PALESTRAS NACIONALISTAS.

Desta forma, programou palestra para o dia 25 do corrente mês e ano, às 20h00, no Anfiteatro de Humanas da PUC, reservando-o com antecedência para que o Dr. Francisco Julião pudesse proferir sua palestra sobre: "AS LIGAS CAMPONESAS, O GOLPE DE 64, A EXPERIÊNCIA DO EXÍLIO E A REALIDADE DO BRASIL".

Como sempre ocorre, a reserva do anfiteatro é sempre feita verbalmente. Entretanto, até a data da palestra, a vice-Reitoria Acadêmica exige o nome do palestrista e o tema a ser abordado. Assim, no dia 25 pela manhã, o DCE dirigiu ofício à vice-Reitoria, entregando-o pessoalmente, através deste presidente, ao vice-Reitor Acadêmico, 'irmão' Cláudio Girardi.

Entretanto, para surpresa deste signatário, a utilização do anfiteatro de Humanas foi indeferido pelo mencionado vice-Reitor, sob a mentirosa alegação de que este DCE havia descumprido acordo que jamais existiu com aquela vice-Reitoria.

Então este presidente do DCE, juntamente com o acadêmico Casemiro Laporte (membro do Conselho Universitário da PUC), insistiu com o nominado vice-Reitor Acadêmico que apresentasse o real motivo do indeferimento, o qual por fim acabou por apresentá-lo verbalmente, da seguinte forma:

(Aqui registramos, lamentavelmente, esta decisão, para tristeza daqueles que agüentaram a maior discriminação e o desaparecimento de famílias e vidas desse País, que foi a Revolução de 64).

Diz o vice-Reitor e aqui está registrado nesta carta do DCE (Lê):

"Conheço o Francisco Julião e já conversei com o Profº Alvacir Nicz a respeito do pedido do DCL para utilização do anfiteatro e tomamos decisão de não abriremos precedente para que um revolucionário proferisse palestra no campus da PUC.

Mesmo diante do indeferimento de uso do anfiteatro de Humanas, o DCE promoveu a palestra, inicialmente no hall de entrada do Bloco I (em frente ao anfiteatro), onde, a convite deste DCE, o Dr. Roberto Kugler (ex-líder estudantil da PUC onde

curso direito) para que apresentasse o Dr. Francisco Julião, oportunidade em que o mesmo fez veemente protesto contra a direção da PUC.

A seguir, os participantes da palestra dirigiram-se para uma sala de aula, onde o palestrista, durante cerca de duas horas, transmitiu conhecimentos resultantes da experiência de sua vida em consonância com o tema da palestra, relatando fatos históricos raramente abordados em público e de total desconhecimento da comunidade universitária.

A atitude da vice-Reitoria feriu princípios constitucionais, como por exemplo, o art. 5º, incisos VIII e IX e art. 206, da Constituição da República do Brasil. Além disto, tal fato repugna ao anseio maior da construção de uma sociedade livre e norteada por sólidos princípios democráticos. Sabidamente, é dever de respeito ouvir quem quer que seja do povo que tenha algo a expressar.

Com efeito, no caso em tela, não tratava-se de pessoa anônima, mas de personagem ilustre e que escreveu parte da história contemporânea deste País, salientando-se, a propósito disto, que hoje inclusive o Dr. Francisco Julião, em face da sua longa experiência vivida no Brasil e no exterior, onde esteve exilado após ter seus direitos políticos ceifados por ato de exceção (AI-1) e ter amargado longo período de cárcere sombrio e desumano a que foi submetido a respeito de tratar-se de pessoa supostamente "perigosa" e "violenta" tem o privilégio de relatar suas memórias a serem apresentadas num livro que brevemente será lançado nesta Capital, sob o título: "A UTOPIA DE UM HOMEM DESARMADO".

Veja, Exmo. Sr. Deputado, que o Dr. Francisco Julião sempre buscou a conscientização e organização das camadas mais oprimidas deste País, pautando-se pela exigência do cumprimento de leis legítimas e de maneira pacífica, constituindo-se portanto num agitador de idéias e que hoje, pode orgulhar-se de jamais ter portado qualquer tipo de arma que não fosse a "arma" de pensamentos e palavras voltadas à justiça social.

Vindo daí que ao tempo, em que organizou os camponeses, criando lideranças que entraram para a cultura e história do Brasil, a exemplo do líder camponês que deu origem ao épico do cinema brasileiro: "O CABRA MARCADO PARA MORRER", ensinava seus liderados a defenderem-se do arbítrio invocando princípios constitucionais, como o direito à ampla defesa e ao de se render à prisão somente mediante ordem judicial, valendo observar-se que nunca admitiu a invasão da propriedade particular e somente admitia a ocupação de terras públicas

por tratar-se de patrimônio do povo.

Desta forma, acrescentando-se ainda que além de rica contribuição dada por este legendário advogado, jornalista, escritor e poeta à literatura brasileira com as obras: "Cambão, A Cara Oculta do Brasil", "Brasil, Antes e Depois", "Consciência Social e Ideologia Camponesa", "Até Quarta Izabela" e "Os Últimos Soldados de Zapata", dentre tantas outras obras, este ilustre brasileiro sempre teve sua presença exigida em diversos países do exterior, tais como: Cuba, Chile, Nicarágua, El Salvador, Panamá, Uruguai, Argélia, Suécia, Itália, Portugal e outros países, onde proferiu conferências, tornando-se inclusive colaborador permanente do Diário "El Día" e da Revista "Siempre", publicações Mexicanas, a atitude da direção da PUC é contrária ao caráter universal que deve possuir uma instituição de ensino superior e retira-lhe o legítimo caráter de uma casa do saber.

Mais repugnante ainda a atitude apontada quando sabemos que aquela Universidade foi construída decisivamente com o dinheiro do povo, quer pelos acadêmicos que sempre pagaram as mensalidades mais caras do país, quer por verbas governamentais que sempre a ela foram repassadas, haja vista tratar-se de instituição declarada de utilidade pública. Ademais disto, demonstra deliberada e inconfessa vontade em cercear à comunidade acadêmica o acesso à verdadeira história política do Brasil que pudesse propiciar-lhe o conhecimento dos erros do passado para não serem repetidos no futuro.

O desprezo por tal conduta se impõe não simplesmente para demonstrar mero descontentamento com o cerceamento da liberdade de expressão de uma única pessoa, o Dr. Francisco Julião, mas sobretudo pela necessidade de defesa de direitos caracterizados como um condomínio social e que exigem pronta resposta da coletividade vigilante que, mormente, pelos seus poderes constituídos, têm o dever de defendê-los para salvaguardar sua própria existência.

Estes, portanto, são motivos pelos quais não devemos simplesmente nos quedar envergonhados perante este vulto histórico, porém exaltar nosso mais alto repúdio a atitudes que visem destruir valores e princípios intrínsecos à coexistência de uma Nação de cidadãos dignos e solidários.

Finalmente, o Diretório Central de Estudantes da PUC encarece a V. Exa. que registre estes fatos nos anais dessa nossa laureada Casa de Leis, estudando a possibilidade de propor ao Dr. Francisco Julião o Título de Cidadão Honorário do Paraná, onde no passado teve a oportunidade de compartilhar seus ideais com milhares de camponeses, tanto em palestras que profe-

riu, como em trabalhos que realizou voltados à organização da citada categoria aqui no Paraná, o que representará também o resgate de parte de uma grande dívida que nosso Estado tem para o grande e histórico líder das Ligas Camponesas, o legendário Dr. Francisco Julião, às custas de quem, a exemplo de tantos outros, também foi escrita parte de nossa história com seu sofrimento e que hoje, octagenário, ainda mantém vivo seu compromisso com o ideal de liberdade e justiça, persistindo em sua peregrinação por todos os cantos deste País, iluminando mentes para o encontro de um futuro que todos almejamos.

Salve Francisco Julião!

(a) ROBSON ZANETTI

Presidente do DCE/PUC"

E pedimos para que se transcreva, na íntegra, nos Anais desta Casa, esses documentos, que ficará registrado para que estes fatos não se repitam mais e não se procure, desta forma, fazer com que se renasça às forças daqueles que souberam - durante vinte anos apenas oprimir e lutar contra os direitos democráticos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PTB a palavra com o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou requerendo para a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do Editorial publicado pela "Folha de Londrina", ontem, dia 26, em que comenta a decisão do Senador José Eduardo em desistir da disputa ao Governo do Paraná, para coordenar a campanha de Fernando Henrique Cardoso. Para conhecimento da Casa passo a ler o Editorial:

Editorial

DECISÃO DE ESTADISTA

A decisão do senador José Eduardo Andrade Vieira, anunciada ontem pessoalmente em entrevista à imprensa estadual e nacional, de se lançar a uma luta maior em nome da qual abre mão da disputa pelo Governo do Paraná, é um gesto raro de desprendimento e elevação política, incomum em toda a história brasileira, infelizmente, não é do feitio da maioria de nossos homens públicos levar em conta, nas suas decisões, interesses maiores que os seus próprios. Mas felizmente temos quem sirva de exemplo e inspiração para os homens honestos e bem intencionados.

Com mais quatro anos de mandato para cumprir no Senado, a matemática elementar do político médio brasileiro diria que o ex-ministro José Eduardo não tinha nada a

perder numa campanha eleitoral para o governo do Estado. Ganhando, seria governador; perdendo, continuaria no Senado. E além disso, na campanha teria mais uma oportunidade de consolidar sua liderança e expor suas idéias para o Estado e o País, até como antecipação ao pleito de 1998. Ao decidir não concorrer e, principalmente, ao anunciar sua participação na campanha presidencial do também ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, o senador paranaense colocou-se a serviço do que considera o interesse maior: a luta por um projeto nacional do qual depende o futuro de todos os estados da Federação. Isto é, o futuro da própria Nação.

É fácil perceber, por outro lado, que a candidatura José Eduardo ao governo estadual poderia criar problemas para a campanha presidencial de Fernando Henrique, na medida em que surgissem arestas ou mesmo dissensões em face dos interesses das duas disputas que vão ocorrer simultaneamente. Quando o clima político estadual começasse a esquentar, isto acabaria, sem dúvida, criando dificuldades para a campanha presidencial, com eventuais divisões potencialmente perigosas. Ademais, se estivesse envolvido pessoalmente na campanha, não poderia dar tempo e trabalho à campanha presidencial.

Ganha o candidato "tucano" um importante reforço, ainda mais porque o senador paranaense conquistou, no tempo em que esteve no Ministério da Indústria e do Comércio e, cumulativamente, no Ministério da Agricultura durante certo período, uma justa projeção nacional que irá somar para seu então companheiro no Ministério da Fazenda.

Mas José Eduardo não apenas dá um exemplo. Ele abre com seu gesto novos caminhos, inclusive para alargar a visão política que temos hoje. O Brasil, diz-se repetidamente, precisa daquilo que poucos falam e menos ainda ostentam: o patriotismo. Patriotismo que começa precisamente na disposição de cada um de se colocar a serviço das grandes causas. Algo que, de modo claro, foi definido pelo falecido presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, ao assumir o cargo em 1961, quando conclamou: "Não perguntem o que a América pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pela América".

O que vemos, lamentavelmente, é o contrário disto. Em quase toda nossa história política o que vimos foi muita gente tirando tudo o que podia deste pobre País, sem nada sequer lhe dar em troca, a não ser o vexame das fraudes, das mordomias, dos abusos, dos crimes que estão sendo revelados ultimamente, envolvendo políticos de praticamente todos os matizes. Isto mostra como está longe a idéia real de pa-

triotismo, de doação, de colocação do interesse público em primeiro lugar, por parte dos que postulam votos e cargos.

O gesto de ontem nos põe a todos subitamente próximos, muito próximos desse ideal de grandeza. Trata-se de uma lição de política com letra maiúscula. No deserto de atos elevados em que vivemos, a decisão do senador José Eduardo coloca-o como um estadista, não mais o político iniciante, mas o estadista à espera do chamado de seu povo.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. Com a palavra o PFL, Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres colegas.

Eu também não podia deixar de registrar nos Anais desta Casa dois fatos que julgo da maior importância neste período de pré-convenção partidária do nosso Estado e não só do Estado, mas do País.

Na última segunda-feira a presença de lideranças do PDT, encabeçada por Jaime Lerner, juntamente com uma Comissão Executiva e Parlamentares da Bancada Estadual, Federal e candidatos também do Partido da Frente Liberal ao qual pertencço, reuniram-se no Plenarinho desta Casa, assinando documento de integração de coligação para as próximas eleições.

Evidentemente não só e apenas estes dois partidos haverão de unir-se em torno de uma coligação, mas outros tantos. Mas entendo que tenha sido o fato mais importante politicamente acontecido nestes últimos meses, nos últimos dias, que antecedem, como falei, as convenções do próximo mês.

Não sei se coincidentemente na mesma segunda-feira os jornais e a imprensa do Paraná noticiavam o fato e carta, inclusive do Senador José Eduardo dos motivos de sua desistência na sua candidatura ao Palácio Iguaçu, decidindo Sua Excelência, certamente que aconselhado por seus companheiros de Partido que têm representação nesta Casa, senão a maior, a segunda Bancada maior nesta Casa, o PTB, decidiu Sua Excelência o Senador e o seu Partido que ele não mais seria candidato ao Governo do Estado, mas que ele iria para a Coordenação da campanha de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República.

De meu entendimento decidiu bem o Senhor Senador, até porque os resultados das pesquisas conhecidos no Paraná, já há quase dois anos, indicam o nome do futuro Governador entre dois ilustres paranaenses que são Jaime Lerner e o ex-Governador Álvaro Dias. E Zé Eduardo, em Brasília, sem dúvida alguma substituirá, certamente com

a mesma competência com a estrutura que tem empresarial, pessoal, político-partidária, como tinha antes Ney Braga, que nos representou tanto, que foi o homem forte do Paraná em Brasília, e que nos faz falta!

Eu entendo que nós temos na nossa representação na Câmara Federal e também no Senado, líderes que falam e que advogam as causas do Paraná. Mas nós precisamos mais que isso, além dessa política do presente, José Eduardo, sem dúvida, lá ao lado de Fernando Henrique Cardoso, que é o candidato potencial para Presidente, e que haverá de disputar com Lula. Fernando Henrique Presidente, com o Senador José Eduardo ao lado o Paraná, certamente estará ao lado das futuras decisões nacionais, das quais estamos distantes, há muito tempo, fazendo política pequena, por falta de representatividade!

Portanto, Senhores Deputados, não podia deixar de fazer estes dois registros da maior importância, repito, no início desta semana, as convergências de entendimento do PDT com o PFL que, sem dúvida, culminarão com outras coligações de outros partidos de outras siglas, e o fato do Senador deixar de concorrer ao Palácio Iguaçu para falar, em nome do Paraná, lá ao lado de Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Ernani Pudell (Aparte) - Quereria de Vossa Excelência uma explicação. Eu não entendo por que o PFL, aqui durante quase quatro anos que convivemos, está majoritariamente sentado para o lado de lá, como a Bancada que vai dar apoio ao candidato do PP, Álvaro Dias.

Agora o PFL do Paraná, com o apoio de Vossa Excelência diz que vai apoiar o candidato da Oposição. Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse qual a linha filosófica, a coerência, o objetivo que o Partido tem, ou será que é apenas o objetivo de se perpetuar sempre ao lado do Poder, conforme caminham as coisas?

É isso que eu gostaria de saber porque realmente a gente vem de um Partido aonde se procura ter uma certa coerência, e não consigo entender. Inclusive o Líder do PFL está do lado de lá, está com a turma do Álvaro Dias!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Vou responder a Vossa Excelência Deputado Ernani Pudell, jovem, 1º Mandato, uma passagem brilhante por esta Casa, culto, advogado, estudioso, um dos poucos Parlamentares nesta Casa que, quando sobe à Tribuna é ouvido com atenção, nós todos reconhecemos.

E Vossa Excelência me pergunta como será o PFL, vou responder em meu nome, não vim falar em nome da Bancada, falo em meu

nome, falei que o Senador José Eduardo é uma esperança política do Paraná, sei que Vossa Excelência diverge, e como sei que o PDT e PFL dão o primeiro passo importante, objetivo para a sucessão do atual Governador.

Estou aqui há algumas Legislaturas, mas nesta eu voto, desde o primeiro dia com o Governador Requião. Deixei de votar, Deputado Ernani, algumas coisas, mas fundamentalmente votei eu e alguns Deputados com o Governo do PMDB, porque nas nossas comunidades fomos solicitados por nossas bases, nossos prefeitos que assim procedêsemos.

Acho que nós fomos importantes para o Paraná, jamais demos um voto aqui contra a nossa consciência ou contra o futuro e os destinos do Paraná, portanto Deputado Ernani Pudell, honra-me muito fazer parte deste partido, que sem dúvida ajudará o futuro Governador do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças PSDB, PL, PP (Declinam).

Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Presidência responde a questão de ordem formulada no dia de ontem pelo Deputado Dirceu Manfrinato, com referência a projetos de lei que determinavam a execução dos Hinos Nacional e do Paraná nas festividades cívicas ou esportivas e nos estabelecimentos de ensino.

Lei nº 9.275 - 28.05.1990.

Art. 1º - É obrigatório a execução, acompanhada dos Hinos Nacional e do Paraná no início de todas as festividades cívicas e esportivas, bem como nos estabelecimentos de ensino de todo o território paranaense.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, 28 de maio de 1990.
Álvaro Dias - Governador; Gilda Poli Rocha Loures - Secretária de Educação; Edson Gradia - Secretário de Esporte e Turismo.

Esta Lei nº 9.275 foi publicada no Diário Oficial nº 3.273 de 28 de maio de 1990.

Está respondida a questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Primeiramente agradeço a Vossa Excelência pela atenção e gostaria que a Mesa encaminhasse a 5ª Região Militar e ao Núcleo de Educação de Curitiba e se possível dos municípios de nosso Estado o número da lei que determina que, na realidade o setor educacional do nosso Estado não está cumprindo a determinação da lei que foi sancionada pelo ex-Governador Álvaro Dias.

Então eu pediria a Vossa Excelência, já que fizeram um movimento no Colégio Estadual, com a participação da 5ª Região Militar e da Secretaria da Educação, eu gostaria que a Mesa desse informação para que tenham ciência de que nós votamos aqui um projeto e que este projeto foi sancionado pelo Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/94, que cria 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, entidade vinculada à Secretaria do Estado da Saúde. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL à emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 68/94

EMENDA Nº 01

P A R E C E R:

A Emenda nº 01, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 68/94, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade estabelecer que os cargos criados por esta lei, destinam-se exclusivamente ao Hospital Geral Mauro Senna Goulart.

Da análise da referida emenda, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoio: Carlos Simões, Dalton Machuca, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Ernani Pudell, Toti Colaço, Paulo Maia, Emilia Belinati e Alceu Swarowski.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a emenda...

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Dá para Vossa Excelência comunicar-nos o teor dessa emenda aditiva?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Emenda nº 01 de Plenário, de autoria do Deputado Erondy Silvério, apoiada por outros três Senhores Deputados.

"Acrescente-se ao Artigo 1º do Projeto 68/94 o seguinte parágrafo único:

- Os cargos criados por esta lei destinam-se exclusivamente ao Hospital Geral Mauro Sena Goulart, Hospital Geral do Portão como é conhecido".

Está em votação a Emenda de Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. DR. ROSINHA - Eu solicito verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR - Eu solicito chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu acho interessante a postura do Líder do Governo.

O Governo manda a esta Casa uma mensagem criando um determinado número de cargos, alegando, na justificativa da mensagem, que era para o preenchimento de vagas de um determinado estabelecimento hospitalar.

Nós fizemos uma emenda dizendo que as vagas destinam-se, exclusivamente, ao objeto da Mensagem do Governo. Vem o Líder do Governo, baseado não sei em quê, rejeitar a emenda.

Quer dizer, não tem palavra, então, o Governo do Estado. O Governo do Estado não é sério. Manda a esta Casa uma mensagem dizendo que é para fazer isso e não é!

Eu não entendo o Líder do governo. Sinceramente eu não entendo. Não tem justificativas. Ele pode falar dez dias, mas não justifica. Pode tentar explicar, mas não justifica.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Deputado Erondy Silvério, com todo respeito que nós temos a Vossa Excelência a mensagem é claro, é explícita.

O que se está querendo aqui é chover no molhado. Se a mensagem já dizia que era para os cargos devidos, a emenda que foi apresentada é uma redundância.

Então, vamos manter o projeto na forma original, sem mais delongas ou demagogias.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Demagogia, não!

Retire essa palavra, Deputado Renato Adur.

Líder inepto e incapaz!

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Uma questão de ordem e um esclarecimento da Mesa.

O que está na justificativa tem valor legal de lei?

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O que nós queremos colocar é exatamente isso.

Acho que o Plenário tem que ser esclarecido de que a justificativa não incorpora o texto legal. O que vale é o texto legal. A justificativa não incorpora, ou seja, inclusive, quando for publicada no diário oficial, será publicado somente o teor da lei. Acho que a emenda do Deputado Erondy Silvério é uma emenda absolutamente oportuna e necessária até para fazer respeitar o objetivo, a intenção da lei, que era a de criar os cargos para determinado hospital. E a técnica legislativa, nós sabemos, não admite que a justificativa incorpore como força de lei o dispositivo legal que estamos votando.

Então, a emenda do Deputado é correta e acho que se equivocou, lamentavelmente, a Liderança do Governo, por estar mal assessorada neste momento.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente:

Até posso admitir que haja um certo equívoco. O que não podemos admitir é o tom do Deputado Erondy Silvério pelo respeito que temos a ele, a maneira que ele se dirigiu à nossa pessoa.

Temos mantido nessa Casa o respeito com todas as pessoas, Deputado Erondy. Vossa Excelência se excedeu. Acho que o respeito é devido a todos os cidadãos aqui nesta Casa.

Peço a Vossa Excelência que suspenda a Sessão por cinco minutos, para termos uma conversa pessoal com o Deputado Erondy Silvério, para tentarmos resolver essa questão. Acho que temos condições suficientes de discutirmos e chegarmos a um bom termo com as Lideranças.

Agora, acho que não podemos criar uma polêmica num assunto desses.

Podemos até ter errado. E daí? Somos humanos!

Agora, não podemos nos permitir, Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência que é o nosso conselheiro e o senhor sabe que temos o maior respeito.

Requeiro a suspensão da Sessão por cinco minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Antes que Vossa Excelência defira o requerimento, quero dizer que não estamos analisando aqui ética de comportamento.

Se o meu comportamento foi excessivo, é uma questão de entendimento do Senhor Líder do Governo.

Estamos analisando um texto legal. Justificativa não incorpora o texto da lei. A minha emenda foi para corrigir a mensagem. O Senhor Líder do Governo, intempestivamente, recomendou a rejeição da emenda, com argumento de que a emenda era demagógica.

Isto sim, é um mau comportamento humano, é um comportamento antiético!

Estamos apenas tentando incorporar a lei à justificativa da mensagem. Nada mais do que isso. Agora, se o Senhor Líder do Governo quer rejeitar a nossa emenda, o Governo passa a não merecer mais credibilidade nas suas justificativas.

Esta é a questão crucial da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência consulta ao Deputado Adur se mantém a chamada nominal.

O SR. RENATO ADUR - Suspendemos a chamada nominal e requeremos a suspensão da Sessão por cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Acho que não haveria razão de suspender a sessão. Solicito uma informação de V. Exa. sobre qual foi o resultado da votação para a derrubada da emenda, se é que foi feita verificação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não tem como informar os números, mas informou que a emenda estava rejeitada, dada a manifestação do Plenário na sua maioria.

Foi requerida verificação de votação e o Deputado Renato Adur requereu e posteriormente, desistiu da chamada nominal. Nesse sentido esta Presidência procederá à verificação de votação para informar ao Plenário os números que aprovam ou rejeitam a emenda.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares.

Os Senhores Deputados que...

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente.
(Assentimento).

Vou fazer uma justificativa. Tivemos um entendimento.

A questão desse projeto quando veio na justificativa de que esses cargos seriam e são exclusivamente para os hospitais, não podemos incluir no texto da lei especificamente justamente porque pode ocorrer,

amanhã ou depois, um outro hospital venha ter carência de um outro funcionário e há, por conseguinte, um excesso de funcionários nesse hospital. Então, o sistema de saúde ficaria prejudicado.

A destinação desses cargos hoje, na mensagem do governo, é para esse hospital, porém, da maneira que está a mensagem do governo esses cargos poderão amanhã, por qualquer outro governo, criando uma outra unidade hospitalar ou um outro hospital que venha ter uma carência poder-se-ia fazer um remanejamento dentro desta linha.

Esta é a nossa justificativa e é isso que pedimos também ao Deputado Líder do PTB que tenha essa compreensão conosco.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Parabenizo o Líder do Governo porque confessou o óbvio, aquilo que sabemos que vai acontecer. Então, sugiro ao nobre Líder do Governo, apenas para dar uma capa de legalidade, que apresente uma emenda dizendo que o Governo regulamentará a lei por decreto e no decreto o Sr. Governador dirá que, se por acaso estiver completa a lotação do hospital objeto da mensagem, ele utilizará os funcionários em outro estabelecimento hospitalar da Secretaria da Saúde, pelo menos, nós não seremos enganados, e pelo menos haverá, acima de tudo, a compreensão da Casa. O Governo pode, por decreto...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que são favoráveis à aprovação da Emenda, queiram levantar-se.

Vinte e um Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

Dezessete Senhores Deputados rejeitam. Está aprovada.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós consultamos como vota o Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com o Deputado Durval Amaral, dezoito.
Está aprovada.

O projeto irá à 3.^a discussão na Sessão Extraordinária de hoje.

ITEM 02

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Fênix, até o Rio Corumbataí. Com

PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno Emenda de Plenário aprovada em 2.ª Discussão.

Em discussão a emenda.

Em votação.

APROVADA.

ITEM 03

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. EMENDA da C.C.J.. Apreciar neste turno Emenda de Plenário aprovada em 2.ª Discussão.

Em discussão a emenda.

Em votação.

APROVADA.

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Instituição Alvorecer - Ação Social e Educacional, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social - ABAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/94, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/94, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Beneficente de Brasília do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 639/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/93, que regulamenta o ingresso nas carreiras Policiais Cíveis e Militares do Estado. COM PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J., S.P. e C.E.C.E..

(Publ. no D. A. nº 153/93, de 03.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 639/93

PARECER:

O Projeto de Lei nº 639/93 de autoria do Poder Executivo, dispõe que ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras cíveis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo.

Louva-se a escolaridade mínima exigida de 2º grau, contudo, o Projeto está eivado de inconstitucionalidade, pois, de acordo com os ditames do art. 37, inciso II da Constituição Federal e art. 27, inciso II da Constituição Estadual, ambos preceituam que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Sendo assim, apresentamos parecer contrário.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 639/93

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo do Estado, encaminhado pela Mensagem nº 073/93, o Projeto de Lei nº 639/93 dispõe que, ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais cíveis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo.

Além de corroborar os termos do parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, em 23 de novembro de 1993, sobre a inconstitucionalidade da medida, esta Comissão vê por bem desaconselhar sua aprovação pela Assembléia Legislativa por não significar necessariamente melhoria na qualidade dos serviços de segurança pública.

O projeto é por demais genérico e a justificativa, por sua vez, é simplista quando afirma que a medida viria garantir a ocupação dos cargos em tela com recursos humanos melhor preparados intelectualmente. Todos sabemos que tal melhoria não será obtida de unicamente com a aprovação desta proposta e também não há como aperfeiçoar esses recursos humanos sem pensar na reciclagem dos profissionais já integrados aos quadros policiais, muitos dos quais detentores de diplomas de 2º e até 3º graus.

Por fim, não há que se esquecer de que o próprio Governador, ao enviar a esta Casa, anteriormente, projeto de lei visando criar cargos de assistente de segurança,

Vou um pouco mais além, também Senhor Deputado, porque veja não é admissível que o município remeta aquilo que recolhe através dos impostos através de URV e receba em Cruzeiros Reais, é um absurdo, isto está quebrando com as prefeituras, está levando prefeitos a situações realmente difíceis perante os seus funcionários na questão de pagamentos.

Ainda na semana passada tivemos uma greve em Morretes, onde o Prefeito se debruçava com esta problemática, do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, que retorna à Prefeitura em termos de Cruzeiros Reais.

Eu dizia que ia mais além, porque eu acho que tem que haver também uma alteração no sistema de recolhimento de ICMS e do envio desse ICMS para o Governo Federal. Acho que temos que analisar a questão por regiões. Por exemplo o Norte e Oeste paranaense têm uma condição melhor, têm um potencial maior na industrialização e no seu progresso, bem ao contrário por exemplo da região do Vale da Ribeira, do Litoral do Paraná que têm poucas indústrias, poucas condições de ter uma boa arrecadação.

Então eu acho que também deveria se estudar uma fórmula, estamos até já colhendo algumas informações, alguns dados nesse sentido e propor esta alteração.

Acho que cada região é uma situação.

Por isso, se temos prefeituras com poderes maiores como a Capital do Estado que não sofre o impacto com essa questão do Fundo de Participação aos Municípios, como Londrina, como Maringá, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Ponta Grossa, em compensação, os pequenos municípios sofrem violentamente essa situação toda. Por isso acho que o Bloco Municipalista do Paraná, do qual eu, Vossa Excelência e outros companheiros fazemos parte, precisamos atuar, realmente, com todo vigor nesse sentido. Se for o caso, conchamar os prefeitos para reuniões, irmos à Brasília, irmos aos congressistas, mostrarmos a eles que a situação não é como está pintado em Brasília.

Quero cumprimentar Vossa Excelência por esse pronunciamento e dizer que todos estamos afimbuídos da maior boa vontade no sentido de ver a coisa ser modificada, porque as prefeituras e os prefeitos não podem ficar sofrendo afimbuídos constantemente com essa situação, com o funcionalismo em especial muito menos com as obras porque elas passam um tanto quanto despercebidas, mas a questão do funcionalismo, o pagamento dos funcionários é sagrado e ele, chega no dia 05 do mês, não tem para pagar em função de receber em três parcelas esse Fundo de Participação aos Municípios e quando chega aqui ele não está valendo mais nada.

Parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência que tem uma experiência muito grande como prefeito e por diversas vezes assumiu a Prefeitura da Capital do nosso Estado, colocou com muita propriedade a problemática dos pequenos municípios do Estado do Paraná.

Para finalizar, é bom lembrar uma vez mais, inclusive ratificando as suas palavras, Eminentíssimo Deputado Algaci Túlio, que receita dos municípios grandes não é a maior receita o Fundo de Participação dos Municípios, são as receitas próprias do município é que fazem o grande bolo da receita da arrecadação municipal. Entretanto, nos municípios médios e pequenos do interior do Paraná o carro-chefe da arrecadação é o Fundo de Participação dos Municípios.

Lamentavelmente, as obrigações do Governo sempre são colocadas para as prefeituras e essa distribuição de recursos em termos de Governo Federal está muito aquém do necessário, do justo aos municípios paranaenses.

Fica aqui, portanto, registrado esse nosso pronunciamento e convocamos os membros do Bloco Municipalista para uma reunião possivelmente amanhã ou depois de amanhã, eu vou mandar um convite por escrito, para que a gente possa fazer um estudo e uma avaliação melhor ainda sobre o assunto que aqui abordamos, porque, realmente, a situação dos municípios pequenos no Estado do Paraná é periclitante, é de extrema gravidade.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Partido Progressista - PP - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Silveira Manfrinato de Cianorte e adjacências.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje queremos agradecer ao Governador Mário Pereira em razão de termos apresentado a esta Casa o Projeto de Lei nº 10.735 e que recebemos o apoio dos Senhores Deputados e entendemos que esse projeto é de grande alcance no setor cultural do nosso Estado.

Esse projeto se resume nas questões que abrangem o setor educacional do nosso Estado.

Sabíamos que havia, através da Secretaria de Educação, o impedimento dos alu-

nos quando, em qualquer município do nosso Estado, havia algum encontro no setor cultural e até mesmo na questão de palestras proferidas com relação ao tóxico.

Quero até citar um exemplo do que nos levou, nas origens, a apresentar o projeto a esta Casa.

Tivemos um encontro na Cidade de Cianorte, há uns sete meses atrás, com palestrantes de vários lugares do Brasil falando sobre o risco das drogas. Cianorte também recebeu a figura do ilustre Deputado, ex-Secretário de Justiça e Cidadania, Deputado José Tavares que lá proferiu uma palestra também. Fomos abordados por vários representantes da área da educação, até mesmo dos que promoveram esse encontro em Cianorte, lamentavam a nossa pessoa que procuraram a chefia do Núcleo de Educação e pediram para que dispensassem os alunos do noturno para que tivessem a possibilidade de participarem dessas palestras.

Lamentavelmente, não que os professores e o chefe do Núcleo de Cianorte não desejassem atender a esse pedido, havia um esbarramento por determinação da Secretaria da Educação que proibia a dispensa dos alunos.

Conversamos e chegamos a um entendimento. Entendi que no momento em que há um encontro do Governo do Estado com a Secretaria de Educação, com professores e alunos locais de todos os municípios paranaenses, nada mais justo do que dispensar as aulas para que os alunos pudessem participar dos eventos.

E hoje, Senhores Deputados, felizmente, pela compreensão e o apoio que recebi nesta Casa dos Senhores Deputados foi possível que o Governador Mário Pereira nos apoiasse nesse projeto que acho de grande importância para o nosso Estado.

Quero agradecer aos Senhores Deputados, ao Governador Mário Pereira, agradecer também aos professores e ao mesmo tempo congratular-me com a vitória que conquistamos para os alunos do nosso Estado.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Partido Trabalhista - PT.
Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Recentemente, a "Folha de Londrina", numa matéria de página inteira, divulgou que, aproximadamente duas mil empresas paranaenses estão na lista de sonegadores de impostos. Informa também aquele jornal que são cerca de cinqüenta milhões de dólares mensais que deixam de ser arrecadados ao

Governo do Estado e, destas duas mil empresas, nem todas são processadas; somente cento e vinte e oito têm tido os seus débitos para com a Receita cobrados judicialmente.

É de se perguntar qual é a razão que somente cento e vinte e oito empresas têm sido cobradas na justiça o seu débito para com o povo do Paraná. Não é para com o Governador do Paraná, mas sim para com o povo, pois a sonegação de 50 milhões de dólares, é dinheiro a menos para se investir na saúde, haja vista que somente cerca de 3,5% do orçamento do Estado é investido em saúde. É dinheiro que deixa de estar nos cofres do Estado para ser investido em educação, e sabemos o quanto está deficitário o salário de todos os servidores e, no caso da educação, dos professores.

É dinheiro que poderia ser investido pelo Governo do Estado, buscando o desenvolvimento do Paraná e assim, obtendo maior número de empregos, quando temos hoje uma população bastante alta de desempregados.

Enfim, são 50 milhões de dólares que não são arrecadados aos cofres do Estado.

É necessário que o Governo aja com firmeza na cobrança deste débito, é necessário que o Governo invista em maior número de funcionários e de fiscais no caso, para diminuir a sonegação e também, se por acaso existirem fiscais que estão agindo irregularmente, que estão agindo através de corrupção, se estão favorecendo essas empresas, que esses funcionários sejam demitidos.

Para que se possa avançar neste tipo de fiscalização, este Poder, o Poder Legislativo, tem um papel fundamental, que é o de cobrar e auxiliar o Poder Executivo na diminuição desta sonegação. É cobrar do Poder Executivo toda a firmeza necessária para que os sonegadores sejam punidos e somente será possível isso, se esse Parlamento tiver um sistema informatizado e interligado com as várias Secretarias de Governo.

Se tiver um sistema como tem hoje o Congresso Nacional, onde todos os Parlamentares Federais, Deputados ou Senadores, podem ter acesso a todas as contas do Governo Federal - e isto deve também ser instalado em nossa Assembléia - para que possamos definitivamente, exercer um papel que nos cabe, que é o de representante da população e fiscalizadores dos Poderes, porque hoje temos dificuldades de ver aprovado um pedido de informações para esclarecimento de todos esses fatos que ocorrem no Poder Executivo.

Estou dizendo isso, porque estamos solicitando a aprovação de um pedido de informações para que a Receita do Estado nos informe quais são as empresas acusadas de

Comissão de Segurança Pública, por mim presidida, ontem aprovou o parecer do Deputado Rosinha e que certamente acredito que venha receber a devida sensibilidade dos demais Parlamentares desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita ao Deputado Cezar Silvestri que substitua temporariamente o Deputado Dirceu Manfrinato na 2.^a Secretaria.

Está em votação o Projeto de Lei nº 57/94. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na Ordem do Dia consta os pareceres de duas Comissões e tem o parecer da Comissão de Segurança Pública, cujo parecer foi dado antes da conclusão do PT das Comissões e ontem ele foi aprovado na Comissão de Segurança em que há uma proposta de alteração.

O SR. ALGACI TÚLIO - Há uma emenda.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, essa emenda do PT foi apresentada ontem, ou seja, após a exclusão do PT dessa Comissão.

Portanto... (Vozes Paralelas).

O SR. ALGACI TÚLIO - A Emenda é da Comissão de Segurança Pública, Sr. Presidente. Não é emenda do PT.

O SR. RENATO ADUR - Apresentada por Deputados do Partido dos Trabalhadores... (Vozes Paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Este assunto será dirimido no momento oportuno quando o projeto estiver em segunda discussão.

Em votação o Projeto 57/94. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, por unanimidade.**

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Maringá, uma área de terras localizada na sede daquela municipalidade, designada por data 7/8, zona Armazém, com área de 1.185,00 m² (um mil cento e oitenta e cinco metros quadrados), com demais características que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 30, de 29.03.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 94/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 94/94, oriundo da Mensagem Governamental nº 22/94, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Maringá, uma área de terras, localizada na sede daquela municipalidade, designada por data 7/8, zona Armazém, com área de 1.185,00 m², com demais características que especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 94/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 22/94, objetiva autorizar a doação ao Município de Maringá, uma área de terras localizadas na sede daquela municipalidade, designada por data 7/8, zona Armazém, com área de 1.185,00 m².

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento da supracitada comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/94, que objetiva alterar denominação de cargos para Assistente de Segurança Pública. **SEM PARECERES. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 30, de 29.03.94 - Mens.)

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/94, que ficam criados na estrutura do Colégio Estadual do Paraná 15 cargos de provimento em comissão conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 30, de 29.03.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 097/94

P A R E C E R:

A iniciativa em exame, originária da Mensagem do Executivo sob nº 025/94, cria quinze cargos de provimento em comissão para o Colégio Estadual do Paraná, órgão de regime especial, afeto a Secretaria Estadual de Educação.

Embora a mensagem preconize que a proposição visa superiores interesses da Administração, em especial os da comunidade estudantil, na verdade, atende somente à primeira. Para atender à comunidade estudantil o governador deveria estender a forma democrática, que já existe na maioria das escolas, de eleição direta para Diretor, que por sua vez escolheria seus auxiliares diretos. Além de ser inoportuno, em fim de governo, no qual recomenda-se, por questão de moralidade, a abertura de concurso público para o preenchimento das vagas.

Todavia, o governador tem competência conferida pelas Constituições Estadual (art. 66, I) e Federal (art. 37, II) para a criação dos cargos propostos, entretanto, também deve observar a Constituição do Estado, no que tange ao preenchimento dos cargos, em seu art. 25, V, pelo que sugerimos a emenda anexa.

Aprovado o parecer e excluída a emenda.

Sala das Comissões, em 11.04.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/94, que objetiva contratar seguro de acidentes pessoais coletivos para os policiais civis e militares em exercício de suas funções. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 04.04.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 109/94

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental sob nº 028/94, visa autorizar o Poder Executivo a contratar nos termos da Legislação em vigor, seguro de acidentes pessoais coletivo para os integrantes dos quadros das Polícias Civil e Militar do Estado, no efetivo exercício de suas funções.

A iniciativa em exame está em concordância com a Constituição e demais normas que regem a matéria. Logo, não encontrando nenhum óbice de natureza regimental, legal e constitucional, emitimos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/94, que institui Gratificação Rodoviária para serem atribuídas aos servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do DER. COM PARECERES DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 04.04.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 110/94

P A R E C E R:

Trata o presente projeto de instituir vantagem especial denominada "Gratificação Rodoviária", atribuída aos servidores da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, em efetivo exercício nas unidades descentralizadas desses órgãos da administração.

A proposição enumera os cargos a serem beneficiados, dá a quantidade de vantagens e o valor em URVs que cabem a cada um deles.

Estabelece que a gratificação rodoviária não se incorpora ao salário; não é computada para fins de acréscimos de vencimentos e nem se acumula em cálculos posteriores; não servirá de base de cálculo sobre qualquer outra vantagem que venha a ser concedida e é inacumulável com a gratificação de chefia que perceba o servidor.

A matéria é da competência privativa do Chefe do Poder Executivo e está de conformidade com o disposto no art. 53, inciso IX, da Constituição Estadual, razão porque somos pela sua legalidade e constitucionalidade.

É nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 110/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/94, o presente Plano de Lei objetiva instituir a Gratificação Rodoviária para ser atribuída conforme específica e nos valores que estabelece, aos servidores da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, em efetivo exercício nas unidades descentralizadas.

A proposta foi examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça e recebeu desta parecer favorável.

Esta comissão conclui ser a medida apropriada e bem especificada, manifestando-se favoravelmente à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Relator

ITEM 15

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 030/94, que fixa vencimento a partir de 01.03.94, aos integrantes da Polícia Civil e Soldo da Polícia Militar e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 33, de 04.04.94- Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 111/94

P A R E C E R:

Analisando o presente Projeto de Lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, o Parecer Favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 111/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, oriundo da Mensagem nº 30/94, que fixa, a partir de 1º de março de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos integrantes da Polícia Civil e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, conforme especifica.

Após analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada existe que impeça sua aprovação, mesmo porque a Constituição Estadual, no seu art. 66, inc. I, dispõe sobre a exclusividade do Poder Executivo legislar quanto à criação e remuneração dos servidores públicos.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator.

ITEM 16

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 018/94, que autoriza o Banco do Estado do Paraná S.A., a incorporar a empresa BANESTADO S.A.- Crédito Imobiliário. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 19, de 16.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 112/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 018/94, tem o Projeto de Lei nº 112/94, finalidade de obter autorização legislativa para que o acionista controlador, Banco do Estado do Paraná S.A., proceda à incorporação da empresa controlada, BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator.

ITEM 17

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor Danton Richlim Rocha Loures. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 33, de 04.04.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 115/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 115/94, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Danton Richlim da Rocha Loures.

Em face a notoriedade dos trabalhos desenvolvidos na área médica e relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná por esse renomado cardiologista, plenamente justificada a homenagem ora proposta.

Assim sendo, manifestamos nosso Parecer Favorável à aprovação, haja vista não haver qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional à sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento de nº 999, de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 989, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Ao Senhor 1º Secretário, para as providências.

Os demais requerimentos ficam com sua discussão e votação adiadas para após a Sessão Extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma

sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte:

ra quinta-feira, dia 28, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 057, 094, 095, 097, 109 a 112 e 115/94.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, pa-

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 406/93, 065, 116, 118 e 122/94.

Levanta-se a sessão.